



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Gerais - 3º andar - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901

Contrato 9245572

Processo nº 1500.01.0014225/2020-94

CONTRATO Nº 9245572/2020, DE COMPRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS E A EMPRESA DCB DISTRIBUIDORA CIRÚRGICA BRASILEIRA LTDA., NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, com sede na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Serra Verde, Belo Horizonte - MG, 31630-900, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº18.715.516/0001-88, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Subsecretário de Vigilância em Saúde, Dario Brock Ramalho, portador da Carteira de Identidade RG nº 384.880.009, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 011.712.446-06 - Resolução de competência nº 6.794/2019 e a empresa **DCB DISTRIBUIDORA CIRÚRGICA BRASILEIRA LTDA.**, endereço de correio eletrônico: licitacao@dcb.com.br; inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ, sob o número 20.235.404/0001-71 com sede na Rua Niquelina, nº 213, Santa Efigênia, Belo Horizonte Minas Gerais, neste ato representado pelo Sr. Bruno Augusto dos Santos Baltazar, portador do passaporte, nº FT236327, expedido pela SR/DPF/MG, e inscrito no CPF nº 090.009.126-60, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente da **Dispensa de licitação nº1501561-05/2020**, que será regida pela Lei nº13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e Medida Provisória 926/2020, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, a Lei 8.666/1993 e o Decreto nº 113/2020 no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico hospitalares para atendimento a demanda crescente provocada pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), no Estado de Minas Gerais, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta comercial, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

DESCRIÇÃO DO ITEM	TIPO	TAMANHO	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	ESTOQUE	CÓDIGO SIAD	VALOR UNITÁRIO	ENTREGA PARCELADA	ENTREGA IMEDIATA	VALOR TOTAL POR ITEM	VALOR TOTAL
Luva de Procedimento	Látex	Grande	caixa 100 unidades	4000	1672606	R\$ 28,47	-	X	R\$ 113.880,00	R\$
Luva de Procedimento	Látex	Grande	caixa 100 unidades	30888	1672606	R\$ 28,47	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 879.381,36	
Luva de Procedimento	Látex	Media	caixa 100 unidades	48162	1672592	R\$ 28,47	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 1.371.172,14	R\$
Luva de Procedimento	Látex	Media	caixa 100 unidades	20000	1672592	R\$ 28,47	-	X	R\$ 569.400,00	
Luva de Procedimento	Látex	Pequena	caixa 100 unidades	30888	1672584	R\$ 28,47	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 879.381,36	R\$
Luva de Procedimento	Látex	Pequena	caixa 100 unidades	6000	1672584	R\$ 28,47	-	X	R\$ 170.820,00	
Luva de Procedimento	Nitrilica	Grande	caixa 100 unidades	1000	1672541	R\$ 24,71	-	X	R\$ 24.710,00	R\$
Luva de Procedimento DESCARPAK	Nitrilica	Media	caixa 100 unidades	5000	1672533	R\$ 27,42	-	X	R\$ 137.100,00	R\$
Luva de Procedimento MEDIX	Nitrilica	Media	caixa 100 unidades	8000	1672533	R\$ 27,42	-	X	R\$ 219.360,00	
Luva de Procedimento DESCARPAK	Nitrilica	Pequena	caixa 100 unidades	5000	1672525	R\$ 29,12	-	X	R\$ 145.600,00	R\$
Luva de Procedimento MEDIX	Nitrilica	Pequena	caixa 100 unidades	4000	1672525	R\$ 29,12	-	X	R\$ 116.480,00	
Luva de Procedimento	Vinil	Grande	caixa 100 unidades	2500	1672738	R\$ 24,18	-	X	R\$ 60.450,00	R\$
Luva de Procedimento	Vinil	Media	caixa 100 unidades	6000	1672770	R\$ 24,18	-	X	R\$ 145.080,00	R\$
Luva de Procedimento	Vinil	Pequena	caixa 100 unidades	3000	1672762	R\$ 24,18	-	X	R\$ 72.540,00	R\$
Touca			unitário	5387405	238392	R\$ 0,075	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 404.055,38	R\$
Touca			unitário	200000	238392	R\$ 0,075	-	X	R\$ 15.000,00	
Avental Descartável p/ procedimento	30 Gramas		unitário	10000	227846	R\$ 3,85	-	X	R\$ 38.500,00	R\$
Avental Descartável p/ procedimento	20 gramas		unitário	62000	570184	R\$ 1,72	-	X	R\$ 106.640,00	R\$
Mascara Descartável tripla com elástico			unitário	25000	1710273	R\$ 3,8245	-	X	R\$ 95.612,50	R\$
Mascara Descartável tripla com elástico			unitário	5496855	1710273	R\$ 3,8245	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 21.022.721,95	
Mascara Descartável tripla com elástico			unitário	225000	1710273	R\$ 3,8245	-	X	R\$ 860.512,50	R\$
Mascara N95			unitário	5000	1647385	R\$ 18,17	-	X	R\$ 90.850,00	
TOTAL										R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos dos Art.4 -H da Lei 13.979/2020, podendo haver rescisão, a qualquer tempo, sem prejuízo para a Administração, em razão de fim da emergência fundada na pandemia de coronavírus.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$27.539.247,17 (vinte e sete milhões, quinhentos e trinta e nove mil duzentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei 23.579, de 15 de janeiro 2020:

4291.10.305.150.4439.0001.33.90.30 0 10 1

4291.10.305.150.4439.0001.33.90.30 0 37 1

4291.10.305.150.4439.0001.33.90.30 0 92 1

(SIMG 9130088 e 9181094)

4.2. Os exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação da proposta, conforme disposto na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898/ 2013 e nos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

6.1.1. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

11.2. O Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

11.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

11.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do contratante;

11.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

11.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

11.2.5. “prática obstrutiva” significa:

11.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do contratante ou outro órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

11.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do contratante ou outro órgão de Controle de investigar e auditar.

11.3. O Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

11.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.6. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

13.7. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo no art.4º - I da Lei nº 13.979/2020, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.979/2020, na Lei nº 8.666/1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, assim justas e avençadas, firmam este contrato assinado eletronicamente pelas partes para os devidos efeitos legais.

DARIO BROCK RAMALHO
Subsecretário de Vigilância em Saúde
Secretaria de Estado de Saúde

BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS BALTAZAR
representante legal
DCB Distribuidora Cirúrgica Brasileira



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO AUGUSTO DOS SANTOS BALTAZAR**, Usuário Externo, em 23/03/2020, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dario Brock Ramalho**, Subsecretário(a), em 23/03/2020, às 22:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12624264** e o código CRC **42C06EF9**.